

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.489.779 - SP (2019/0114194-2)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
AGRAVANTE : NOÉ ARAUJO PEREIRA
ADVOGADO : JUCENIR BELINO ZANATTA - SP125881
AGRAVADO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

DECISÃO

Trata-se de Agravo em Recurso Especial, interposto por NOÉ ARAUJO PEREIRA, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que inadmitiu o seu Recurso Especial.

Do exame dos autos, verifica-se que há controvérsia acerca da incidência do art. 1º-F da Lei 9.494/97, com as alterações promovidas pela Lei 11.960/2009.

Ressalte-se que a questão teve repercussão geral reconhecida, pelo Plenário do STF, nos autos do Recurso Extraordinário 873.947/SE, Relator Ministro LUIZ FUX, em que se discute a "validade da correção monetária e dos juros moratórios incidentes sobre as condenações impostas à Fazenda Pública, conforme previstos no art. 1º-F da Lei 9.494/1997, com a redação dada pela Lei 11.960/2009" (Tema 810).

Ocorre que o Supremo Tribunal Federal deferiu o efeito suspensivo aos Embargos de Declaração opostos com a finalidade de modulação dos efeitos do julgamento do RE 870.947/SE, por entender que a aplicação imediata do **decisum** embargado pelas instâncias **a quo** poderia ensejar a realização de pagamento de consideráveis valores, em tese, a maior pela Fazenda Pública, ocasionando grave prejuízo às já combalidas finanças públicas.

Confira-se, a propósito, a ementa do referido julgado:

"DIREITO CONSTITUCIONAL. REGIME DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA E JUROS MORATÓRIOS INCIDENTES SOBRE CONDENAÇÕES JUDICIAIS DA FAZENDA PÚBLICA. ARTIGO 1º-F DA LEI 9.494/1997 COM REDAÇÃO DADA PELA LEI 11.960/2009. TEMA 810 DA REPERCUSSÃO GERAL. RECURSO EXTRAORDINÁRIO PARCIALMENTE PROVIDO. OPOSIÇÃO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. EFEITO SUSPENSIVO. ARTIGO 1.026, § 1º, DO CPC/2015. DEFERIMENTO" (STF, EDcl no RE 870.947/SE, Rel. Ministro LUIZ FUX, DJe de 25/09/2018).

Ante o exposto, nos termos do art. 1.030, III, do CPC/2015, determino a devolução dos autos ao Tribunal de origem, com a devida baixa nesta Corte, para que o Recurso Especial fique sobrestado até o julgamento definitivo do Tema 810 pelo Supremo Tribunal Federal e, após, seja submetido a julgamento na forma do art. 1.040

do CPC/2015.

I.

Brasília, 10 de junho de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
Relatora

